

NEWSLETTER DIGESTO N.º 26/2017

Disponibilização: 2 de janeiro de 2018

Período abrangido: 18 a 29 de dezembro de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Interna
2. Administração Pública
3. Agricultura, Florestas, Pescas e Vitivinicultura
 - Agricultura
 - Florestas
 - Pescas
 - Vitivinicultura
4. Ambiente
5. Educação
6. Economia
7. Energia
8. Finanças
 - Banca, Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
 - Contribuições e Impostos
 - Questões Orçamentais
9. Justiça
10. Negócios Estrangeiros
11. Trabalho
 - Trabalho
 - Formação Profissional
12. Transportes

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2017, de 19 de dezembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a Autoridade Nacional de Proteção Civil a realizar a despesa relativa à aquisição dos serviços de disponibilização e locação dos meios aéreos para a prossecução da missão atribuída à administração interna no âmbito do combate aos incêndios florestais.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

(Assembleia da República)

Estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários.

3. AGRICULTURA, FLORESTAS, PESCAS E VITIVINICULTURA

- AGRICULTURA

Decreto-Lei n.º 157/2017, de 28 de dezembro.

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Define as características a que devem obedecer o arroz da espécie *Oryza sativa* L. e a trinca de arroz destinados ao consumidor final.

- FLORESTAS

[Lei n.º 111/2017, de 19 de dezembro](#)
(Assembleia da República)

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 66/2017, de 12 de junho, que estabelece o regime jurídico de reconhecimento das entidades de gestão florestal.

- PESCAS

[Portaria n.º 381-A/2017, de 19 de dezembro](#)
(Mar)

Aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Definitiva das Atividades da Pesca de Embarcações que capturam pescada e estão incluídas no Plano de Recuperação da Pescada Branca do Sul e do Lagostim.

[Portaria n.º 385-A/2017, de 28 de dezembro](#)
(Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Define as taxas aplicáveis à concessão de zonas de pesca lúdica, ao exclusivo de pesca para realização de provas de pesca desportiva, ao licenciamento do exercício da pesca e a aquicultura e à detenção de espécies aquícolas em cativeiro com fins não comerciais.

- **VITIVINICULTURA**

[Portaria n.º 378/2017, de 18 de dezembro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 155/2014, de 7 de agosto, que define o regime de produção e comércio dos vinhos com indicação geográfica (IG) «Terras do Dão» mantém o reconhecimento da IG «Terras do Dão» e da sub-região «Terras de Lafões» como indicação complementar.

[Portaria n.º 383/2017, de 20 de dezembro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Reconhece as castas aptas à produção de vinho e produtos víquicos com direito às denominações de origem da Região Demarcada do Douro.

4. AMBIENTE

[Portaria n.º 384/2017, de 28 de dezembro](#)
(Finanças)

Fixa a taxa do adicionamento sobre as emissões de CO₂, previsto no artigo 92.º-A do CIEC, e o valor do adicionamento resultante da aplicação dessa taxa aos fatores de adicionamento relativos a cada produto.

5. EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 381/2017, de 19 de dezembro](#) (Educação)

Aprova, em anexo a esta portaria e que dela faz parte integrante, a lista de substâncias e métodos proibidos a partir de 1 de janeiro de 2018.

[Portaria n.º 382/2017, de 20 de dezembro](#) (Educação)

É criado o Programa Formar+, com o objetivo de promover e apoiar as atividades formativas junto da população jovem, das entidades e dos profissionais com intervenção na área da juventude.

[Decreto-Lei n.º 155/2017, de 28 de dezembro](#) (Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)

Procede à alteração do reconhecimento de interesse público de três instituições do ensino superior privado.

6. ECONOMIA

[Decreto-Lei n.º 154/2017, de 28 de dezembro](#) (Negócios Estrangeiros)

Altera o regime jurídico das câmaras de comércio e indústria.

7. ENERGIA

[Regulamento n.º 619/2017, de 18 de dezembro](#)
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova o Regulamento tarifário do setor elétrico.

[Regulamento n.º 620/2017, de 18 de dezembro](#)
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Primeira alteração ao Regulamento de Acesso às Redes e às Interligações do Setor Elétrico.

[Regulamento n.º 621/2017, de 18 de dezembro](#)
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Primeira Alteração ao Regulamento de Operação das Redes do Setor Elétrico.

[Regulamento n.º 629/2017, de 20 de dezembro](#)
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova o Regulamento da Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Setor do Gás Natural.

8. FINANÇAS

- BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS

[Decreto-Lei n.º 153/2017, de 28 de dezembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Define os processos de alienação das participações sociais detidas pela Caixa Geral de Depósitos, S. A. no capital social das sociedades Mercantile Bank Holdings Limited, Banco Caixa Geral, S. A. e Banco Caixa Geral - Brasil, S. A.

[Portaria n.º 385-E/2017, de 29 de dezembro](#)
(Finanças e Economia)

Define as condições mínimas previstas nos n.os 2 e 3 do artigo 15.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho, aplicáveis ao contrato de seguro de responsabilidade civil a subscrever pelas pessoas singulares e coletivas que pretendam desenvolver a atividade de intermediário de crédito ou prestar serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho, bem como as condições mínimas previstas no n.º 4 do artigo 15.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho, aplicáveis ao contrato de seguro de responsabilidade civil a subscrever pelas pessoas singulares e coletivas que pretendam desenvolver a atividade de intermediário de crédito ou prestar serviços de consultoria relativamente a outros contratos de crédito celebrados com consumidores.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Portaria n.º 379/2017, de 19 de dezembro](#)
(Finanças)

Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2018.

[Portaria n.º 383-A/2017, de 21 de dezembro](#)
(Finanças)

Aprova a Declaração Financeira e Fiscal por País, juntamente com o respetivo anexo I, correspondente ao Modelo 55 e respetivas instruções de preenchimento, e anexo II, correspondente ao documento sobre as características, estrutura e esquema de validações «CbC-schema-XML».

[Portaria n.º 383-B/2017, de 21 de dezembro](#)
(Finanças)

Aprova a lista das jurisdições participantes a que se refere o n.º 4 do artigo 2.º da Lei n.º 98/2017, de 24 de agosto de 2017.

[Decreto Regulamentar n.º 11/2017, de 28 de dezembro](#)
(Finanças)

Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

[Lei n.º 113/2017, de 29 de dezembro](#)
(Assembleia da República)

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018.

[Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro](#)
(Assembleia da República)

Aprova o Orçamento do Estado para 2018.

9. JUSTIÇA

[Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro](#)
(Justiça)

Regula a tramitação eletrónica dos processos nos tribunais administrativos de círculo, nos tribunais tributários, nos tribunais centrais administrativos e no Supremo Tribunal Administrativo.

10. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 15215/2017, de 19 de dezembro](#)
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Aprova as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de janeiro de 2018.

11. TRABALHO

- TRABALHO

[Decreto-Lei n.º 156/2017, de 28 de dezembro](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2018 em (euro) 580.

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

[Portaria n.º 385-B/2017, de 29 de dezembro](#)

(Finanças, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Estabelece os conteúdos mínimos de formação a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 13.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho, bem como a duração mínima das formações que conferem a certificação profissional prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 13.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho.

[Portaria n.º 385-C/2017, de 29 de dezembro](#)

(Finanças, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Estabelece os conteúdos mínimos de formação a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho, bem como a duração mínima da formação que confere a certificação profissional prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho.

[Portaria n.º 385-D/2017, de 29 de dezembro](#)

(Finanças, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Estabelece o regime de certificação das entidades formadoras que ministram a formação a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho, bem como das entidades formadoras que ministram a formação a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 13.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho.

12. TRANSPORTES

[Despacho n.º 11377-A/2017, de 27 de dezembro](#)

(Administração Interna, Planeamento e das Infraestruturas, Ambiente e Mar - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.)

Aprova os valores das tarifas das inspeções técnicas de veículos a vigorar no ano 2018.

[Portaria n.º 385-F/2017, de 29 de dezembro](#)

(Planeamento e das Infraestruturas)

Aprova a vigésima primeira alteração à Portaria n.º 50/95, de 20 de janeiro que estabelece uma cobrança de taxas de rota no espaço aéreo nas regiões de informação de voo (RIV).

[Portaria n.º 385-G/2017, de 29 de dezembro](#)

(Planeamento e das Infraestruturas)

Determina o quantitativo da taxa unitária de terminal a utilizar para o cálculo dos serviços de navegação aérea de terminal prestados pela Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E. P. E., e revoga a Portaria n.º 95/2017, de 6 de março.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão